



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Guarita

LEI MUNICIPAL Nº 853/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTE SENHOR JOSÉ LAIR ZAMONER, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso de bens públicos municipais, qualificados e denominados como, 1 (um) imóvel urbano PRÉDIO, edificação em alvenaria com cobertura em estrutura metálica e telha de zinco, com área de 371,25 m² e área de cobertura de 400,00 m², e 1 (um) TERRENO localizado na rua dos Ipês, localizado no bairro Progresso, totalizando uma área de 17.530,00 m² e perímetro de 578,00 metros, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Nova do Norte/MT no imóvel sob a matrícula de nº 9.473, de 06 de janeiro de 2021, localizado no município Nova Guarita/MT, com área total de 62,95355 (sessenta e dois hectares, noventa e cinco ares, trinta e cinco centiares e noventa e sete milhares) denominado como Remanescente do Lote RD09, em conformidade com o memorial descritivo da área e da relação dos bens nela existentes na área do referido imóvel, conforme consta no Anexo I desta lei, em favor de pessoas jurídicas de direito privado, selecionadas na forma da legislação vigente, destinando-se a exploração de interesse social, econômica, industrialização ou edificação do imóvel.

Art. 2º. A concessão de direito real de uso será efetivada de forma onerosa, mediante a celebração de contrato administrativo, precedido de licitação na modalidade concorrência pública, conforme preconiza a Lei 8.666/93 e o Decreto Lei nº 271/67, o fazendo conforme o permissivo da Lei Orgânica Municipal do município de Nova Guarita.

Art. 3º. A concessão de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da assinatura do contrato administrativo.

§ 1º. O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública, através de Lei específica, com escopo de atender ao interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.

§ 2º. Transcorrido o prazo que trata o caput desse artigo o imóvel retornará à posse do município, com posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ónus aos cofres públicos.

Art. 4º. A entidade concessionária responderá por todos os encargos civis, penais, administrativos e tributários que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 5º. O concessionário deverá manter atualizados todos os pagamentos de todos os tributos municipais incidentes sobre o imóvel objeto da presente concessão, devidamente atualizados, obedecendo rigorosamente os seus respectivos vencimentos, desde a data de assinatura do instrumento de outorga da concessão de direito real de uso.

E-mail: prefeitura@novaguarita.mt.gov.br - Home page: www.novaguarita.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Guarita

Art. 6º. Resolve-se a concessão antes de seu termo se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida, descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel ou paralisar as atividades econômicas por mais de 1 (um) ano.

Parágrafo único. Incorrendo em quaisquer das hipóteses previstas no *caput* deste artigo, o imóvel, suas benfeitorias existentes e as que por ventura tenham sido feitas, serão revertidas ao patrimônio público, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem direito a retenção, ficando o Concessionário obrigado a desocupar o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, e não o fazendo será tido como esbulhador da posse, sujeito a ação possessória própria.

Art. 7º. O objeto da presente Concessão não poderá, sem a anuência da Prefeitura, ser cedido, locado, transferido ou de qualquer forma onerado ou concedido no todo ou em parte a terceiros, sendo ainda vedada expressamente a penhora do bem, sob pena de revogação da concessão.

Art. 8º. Qualquer edificação a ser feita no referido espaço deverá ser previamente aprovada pelo Setor competente da Prefeitura, ficando incorporado ao imóvel por ocasião do término ou do cancelamento da Concessão.

Art. 9º. A Concedente reserva-se o direito de vistoriar as áreas concedidas sempre que julgar conveniente, determinando as providências que entender oportunas e necessárias para sua preservação, fiscalizando, outrossim, o uso do mesmo.

Art. 10. O instrumento administrativo da concessão de direito real de uso, firmado entre o Município e a concessionária, deverá ser inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, por conta exclusiva da Concessionária, para os devidos fins de direito, inclusive para que o concessionário possa usufruir plenamente do imóvel para os fins estabelecidos nesta Lei.

Art. 11. As despesas decorrentes da outorga da presente Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta exclusiva da concessionária.

Art. 12. O Município poderá a qualquer tempo, revogar o Termo de Concessão, sempre que se evidenciar prejuízos ou ameaça aos interesses públicos.

Art. 13. Fica declarado desafetado de uso especial os bens imóveis a que se refere esta lei.

Art. 14. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SANCIONADO
GABINETE DO PREFEITO
EM <u>07/12/21</u>

Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, 07 de dezembro de 2021.

José Lair Zamoner
Prefeito Municipal

E-mail: prefeitura@novaguarita.mt.gov.br - Home page: www.novaguarita.mt.gov.br



ANEXO I

M-01

10°17'18.48"S
55°22'48.79"O

M-03

10°17'19.38"S
55°22'46.31"O

BARR
DOS
IPES

M-08

10°17'19.94"S
55°22'50.25"O

M-07

10°17'20.62"S
55°22'49.51"O

M-02

10°17'20.15"S
55°22'47.03"O

M-04

10°17'21.58"S
55°22'44.07"O

M-06

10°17'21.32"S
55°22'50.21"O

LOTE RD 09/23

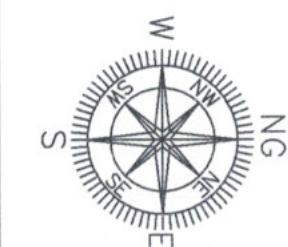
M-05

10°17'24.59"S
55°22'46.76"O

REMANESCENTE

LOTE RD
60/60

LOTE RURAL 32



Meridiano Central = 57°
Datum - SIRGAS 2000

QUADRA 101 - CONJ. HAB.	
LOTE	ÁREA
RD 09/23	31.330,32 m²
TOTAL	31.330,32 m²

Modelo:	
LOTE INDUSTRIAL - BAIRRO DOS IPES	
Local:	BAIRRO DOS IPES, NOVA GUARITA - MT
Proprietário:	MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - MT
Maneiro:	NOVA GUARITA - MT
Prop. 1:	ÁREA: 17.403,94 m²
Prop. 2:	PERÍMETRO: 575,00 m
Prop. 3:	ESPAÇO: SEM PECALA
Prop. 4:	
Prop. 5:	
Prop. 6:	
Prop. 7:	
Prop. 8:	
Prop. 9:	
Prop. 10:	
Prop. 11:	
Prop. 12:	
Prop. 13:	
Prop. 14:	
Prop. 15:	
Prop. 16:	
Prop. 17:	
Prop. 18:	
Prop. 19:	
Prop. 20:	
Prop. 21:	
Prop. 22:	
Prop. 23:	
Prop. 24:	
Prop. 25:	
Prop. 26:	
Prop. 27:	
Prop. 28:	
Prop. 29:	
Prop. 30:	
Prop. 31:	
Prop. 32:	
Prop. 33:	
Prop. 34:	
Prop. 35:	
Prop. 36:	
Prop. 37:	
Prop. 38:	
Prop. 39:	
Prop. 40:	
Prop. 41:	
Prop. 42:	
Prop. 43:	
Prop. 44:	
Prop. 45:	
Prop. 46:	
Prop. 47:	
Prop. 48:	
Prop. 49:	
Prop. 50:	
Prop. 51:	
Prop. 52:	
Prop. 53:	
Prop. 54:	
Prop. 55:	
Prop. 56:	
Prop. 57:	
Prop. 58:	
Prop. 59:	
Prop. 60:	
Prop. 61:	
Prop. 62:	
Prop. 63:	
Prop. 64:	
Prop. 65:	
Prop. 66:	
Prop. 67:	
Prop. 68:	
Prop. 69:	
Prop. 70:	
Prop. 71:	
Prop. 72:	
Prop. 73:	
Prop. 74:	
Prop. 75:	
Prop. 76:	
Prop. 77:	
Prop. 78:	
Prop. 79:	
Prop. 80:	
Prop. 81:	
Prop. 82:	
Prop. 83:	
Prop. 84:	
Prop. 85:	
Prop. 86:	
Prop. 87:	
Prop. 88:	
Prop. 89:	
Prop. 90:	
Prop. 91:	
Prop. 92:	
Prop. 93:	
Prop. 94:	
Prop. 95:	
Prop. 96:	
Prop. 97:	
Prop. 98:	
Prop. 99:	
Prop. 100:	
Prop. 101:	
Prop. 102:	
Prop. 103:	
Prop. 104:	
Prop. 105:	
Prop. 106:	
Prop. 107:	
Prop. 108:	
Prop. 109:	
Prop. 110:	
Prop. 111:	
Prop. 112:	
Prop. 113:	
Prop. 114:	
Prop. 115:	
Prop. 116:	
Prop. 117:	
Prop. 118:	
Prop. 119:	
Prop. 120:	
Prop. 121:	
Prop. 122:	
Prop. 123:	
Prop. 124:	
Prop. 125:	
Prop. 126:	
Prop. 127:	
Prop. 128:	
Prop. 129:	
Prop. 130:	
Prop. 131:	
Prop. 132:	
Prop. 133:	
Prop. 134:	
Prop. 135:	
Prop. 136:	
Prop. 137:	
Prop. 138:	
Prop. 139:	
Prop. 140:	
Prop. 141:	
Prop. 142:	
Prop. 143:	
Prop. 144:	
Prop. 145:	
Prop. 146:	
Prop. 147:	
Prop. 148:	
Prop. 149:	
Prop. 150:	
Prop. 151:	
Prop. 152:	
Prop. 153:	
Prop. 154:	
Prop. 155:	
Prop. 156:	
Prop. 157:	
Prop. 158:	
Prop. 159:	
Prop. 160:	
Prop. 161:	
Prop. 162:	
Prop. 163:	
Prop. 164:	
Prop. 165:	
Prop. 166:	
Prop. 167:	
Prop. 168:	
Prop. 169:	
Prop. 170:	
Prop. 171:	
Prop. 172:	
Prop. 173:	
Prop. 174:	
Prop. 175:	
Prop. 176:	
Prop. 177:	
Prop. 178:	
Prop. 179:	
Prop. 180:	
Prop. 181:	
Prop. 182:	
Prop. 183:	
Prop. 184:	
Prop. 185:	
Prop. 186:	
Prop. 187:	
Prop. 188:	
Prop. 189:	
Prop. 190:	
Prop. 191:	
Prop. 192:	
Prop. 193:	
Prop. 194:	
Prop. 195:	
Prop. 196:	
Prop. 197:	
Prop. 198:	
Prop. 199:	
Prop. 200:	
Prop. 201:	
Prop. 202:	
Prop. 203:	
Prop. 204:	
Prop. 205:	
Prop. 206:	
Prop. 207:	
Prop. 208:	
Prop. 209:	
Prop. 210:	
Prop. 211:	
Prop. 212:	
Prop. 213:	
Prop. 214:	
Prop. 215:	
Prop. 216:	
Prop. 217:	
Prop. 218:	
Prop. 219:	
Prop. 220:	
Prop. 221:	
Prop. 222:	
Prop. 223:	
Prop. 224:	
Prop. 225:	
Prop. 226:	
Prop. 227:	
Prop. 228:	
Prop. 229:	
Prop. 230:	
Prop. 231:	
Prop. 232:	
Prop. 233:	
Prop. 234:	
Prop. 235:	
Prop. 236:	
Prop. 237:	
Prop. 238:	
Prop. 239:	
Prop. 240:	
Prop. 241:	
Prop. 242:	
Prop. 243:	
Prop. 244:	
Prop. 245:	
Prop. 246:	
Prop. 247:	
Prop. 248:	
Prop. 249:	
Prop. 250:	
Prop. 251:	
Prop. 252:	
Prop. 253:	
Prop. 254:	
Prop. 255:	
Prop. 256:	
Prop. 257:	
Prop. 258:	
Prop. 259:	
Prop. 260:	
Prop. 261:	
Prop. 262:	
Prop. 263:	
Prop. 264:	
Prop. 265:	
Prop. 266:	
Prop. 267:	
Prop. 268:	
Prop. 269:	
Prop. 270:	
Prop. 271:	
Prop. 272:	
Prop. 273:	
Prop. 274:	
Prop. 275:	
Prop. 276:	
Prop. 277:	
Prop. 278:	
Prop. 279:	
Prop. 280:	
Prop. 281:	
Prop. 282:	
Prop. 283:	
Prop. 284:	
Prop. 285:	
Prop. 286:	
Prop. 287:	
Prop. 288:	
Prop. 289:	
Prop. 290:	
Prop. 291:	
Prop. 292:	
Prop. 293:	
Prop. 294:	
Prop. 295:	
Prop. 296:	
Prop. 297:	
Prop. 298:	
Prop. 299:	
Prop. 300:	
Prop. 301:	
Prop. 302:	
Prop. 303:	
Prop. 304:	
Prop. 305:	
Prop. 306:	
Prop. 307:	
Prop. 308:	
Prop. 309:	
Prop. 310:	
Prop. 311:	
Prop. 312:	
Prop. 313:	
Prop. 314:	
Prop. 315:	
Prop. 316:	
Prop. 317:	
Prop. 318:	
Prop. 319:	
Prop. 320:	
Prop. 321:	
Prop. 322:	
Prop. 323:	
Prop. 324:	
Prop. 325:	
Prop. 326:	
Prop. 327:	
Prop. 328:	
Prop. 329:	
Prop. 330:	
Prop. 331:	
Prop. 332:	
Prop. 333:	
Prop. 334:	
Prop. 335:	
Prop. 336:	
Prop. 337:	
Prop. 338:	
Prop. 339:	
Prop. 340:	
Prop. 341:	
Prop. 342:	
Prop. 343:	
Prop. 344:	
Prop. 345:	
Prop. 346:	
Prop. 347:	
Prop. 348:	
Prop. 349:	
Prop. 350:	
Prop. 351:	
Prop. 352:	
Prop. 353:	
Prop. 354:	
Prop. 355:	
Prop. 356:	
Prop. 357:	
Prop. 358:	
Prop. 359:	
Prop. 360:	
Prop. 361:	
Prop. 362:	
Prop. 363:	
Prop. 364:	
Prop. 365:	
Prop. 366:	
Prop. 367:	
Prop. 368:	
Prop. 369:	
Prop. 370:	
Prop. 371:	
Prop. 372:	
Prop. 373:	
Prop. 374:	
Prop. 375:	
Prop. 376:	
Prop. 377:	
Prop. 378:	
Prop. 379:	
Prop. 380:	
Prop. 381:	
Prop. 382:	
Prop. 383:	
Prop. 384:	
Prop. 385:	
Prop. 386:	
Prop. 387:	
Prop. 388:	
Prop. 389:	
Prop. 390:	
Prop. 391:	
Prop. 392:	
Prop. 393:	
Prop. 394:	
Prop. 395:	
Prop. 396:	
Prop. 397:	
Prop. 398:	
Prop. 399:	
Prop. 400:	
Prop. 401:	
Prop. 402:	
Prop. 403:	
Prop. 404:	
Prop. 405:	
Prop. 406:	
Prop. 407:	
Prop. 408:	
Prop. 409:	
Prop. 410:	
Prop. 411:	
Prop. 412:	
Prop. 413:	
Prop. 414:	
Prop. 415:	
Prop. 416:	
Prop. 417:	
Prop. 418:	
Prop. 419:	
Prop. 420:	
Prop. 421:	
Prop. 422:	
Prop. 423:	
Prop. 424:	
Prop. 425:	
Prop. 426:	
Prop. 427:	
Prop. 428:	
Prop. 429:	
Prop. 430:	
Prop. 431:	
Prop. 432:	
Prop. 433:	
Prop. 434:	
Prop. 435:	
Prop. 436:	
Prop. 437:	
Prop. 438:	
Prop. 439:	
Prop. 440:	
Prop. 441:	
Prop. 442:	
Prop. 443:	
Prop. 444:	
Prop. 445:	
Prop. 446:	
Prop. 447:	
Prop. 448:	
Prop. 449:	
Prop. 450:	
Prop. 451:	
Prop. 452:	
Prop. 453:	
Prop. 454:	
Prop. 455:	
Prop. 456:	
Prop. 457:	
Prop. 458:	
Prop. 459:	
Prop. 460:	
Prop. 461:	
Prop. 462:	
Prop. 463:	
Prop. 464:	
Prop. 465:	
Prop. 466:	
Prop. 467:	
Prop. 468:	
Prop. 469:	
Prop. 470:	
Prop. 471:	
Prop. 472:	
Prop. 473:	
Prop. 474:	
Prop. 475:	
Prop. 476:	
Prop. 477:	
Prop. 478:	
Prop. 479:	
Prop. 480:	
Prop. 481:	
Prop. 482:	
Prop. 483:	
Prop. 484	